

**MOVIMENTO ESTUDANTIL NA LUTA CONTRA A DITADURA EMPRESARIAL-
MILITAR NO BRASIL (1964-1985)**

Gabriel de Carvalho Valerio Reis

Rio de Janeiro

2019



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



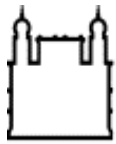
Gabriel de Carvalho Valerio Reis

**MOVIMENTO ESTUDANTIL NA LUTA CONTRA A DITADURA EMPRESARIAL-
MILITAR (1964-1985)**

**Projeto de monografia apresentado à Escola
Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio –
Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) .**

Orientador: André Dantas

**Rio de Janeiro
2019**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



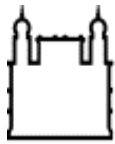
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional.

Agradeço ao meu orientador, André Dantas, com quem compartilhei ideias e construções.

Agradeço à minha família e amigos, que me deram apoio e incentivo em todos os momentos.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

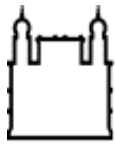


ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar o processo de luta dos movimentos estudantis contra a ditadura empresarial-militar que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985. Para isso, buscará investigar a entrada da juventude nas lutas sociais, a partir dos anos 1960, como importante ator no cenário político mundial e brasileiro. Adicionalmente interessa iluminar o presente, marcado em alguma medida pela passividade da juventude, a partir do estudo de um passado combativo. Desta feita, se promoverá uma revisão de literatura acerca do tema.

Palavras-chave: Ditadura empresarial-militar; Movimento estudantil; Movimentos sociais



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO 1 - A JUVENTUDE COMO ATOR POLÍTICO	07
CAPÍTULO 2 - ASPECTOS GERAIS DO GOLPE DE 1964	12
CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA NA DITADURA	18
CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

INTRODUÇÃO

Esse trabalho diz respeito a um momento muito conturbado da história brasileira e tenta mostrar como um grupo em especial o enfrentou: trata-se da luta do movimento estudantil brasileiro contra a repressão e o autoritarismo do regime militar no Brasil (1964-1985).

O interesse por esse tema surgiu devido ao meu engajamento pessoal com o movimento estudantil atual e por reconhecer a luta pela contra a ditadura como importante para a retomada da participação política pela sociedade, seja pela via institucional ou pela luta clandestina.

A importância acadêmica de se estudar esse tema dá-se pelo fato de que, à luz do estudo da história, é possível quebrar o paradigma de que a população brasileira é totalmente pacífica e acomodada, como se apresenta segundo uma perspectiva conservadora da história do Brasil, mostrando que já tivemos grandes histórias de resistência e luta.

Já do ponto de vista social, essa pesquisa é relevante pois poderá contribuir para o reconhecimento da importância que a luta estudantil teve durante o regime militar e do potencial de transformação que a mobilização da juventude pode gerar em nossa sociedade. Atualmente, vemos uma juventude em geral desmobilizada e mesmo com toda a conjuntura de retirada de direitos podendo assim, através da perspectiva histórica, identificar os fatores que tornaram a juventude o motor da luta, como a partir dos anos 1960.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo será abordado como a juventude é percebida como um fenômeno novo em seus processos de luta a partir dos anos 60. Já no segundo capítulo será feito um breve resumo de como os militares e as elites empresariais aproveitaram do discurso de segurança nacional para articular o golpe. No terceiro e último capítulo será discutido como, à medida em que a repressão aumenta, o foco passa a ser uma luta propriamente contra a ditadura e não mais pelas pautas propriamente educacionais.

CAPÍTULO 1 - A JUVENTUDE COMO ATOR POLÍTICO

Faz-se necessário para o debate acerca da juventude, primeiramente, conceituar esse termo. Isto se apresenta como um desafio, pois existe uma pluralidade de definições que expressam visões de mundo bem diferentes sobre o tema e que, portanto, têm diferentes compreensões do papel político da juventude como ator político.

Aristóteles, em *A retórica*, coloca a *juventude* como uma idade que vem antes da maturidade e da velhice. Ao descrever essa fase, coloca que nesta fase são propensos a desejos passionais e inclinados a fazer o que é de seu desejo. Afirma ainda que a juventude é impulsiva e irritadiça, com propensão a se indignar se acharem que são tratados injustamente.

Segundo autores mais recentes como Rossana Cruz (2000), a juventude não é uma entidade autônoma, portanto é reflexo do contexto e da sociedade onde vive. Segundo Luisa Passerini (1996), a juventude é uma metáfora de mudança e também de continuidade no âmbito social. Já para Carles Feixa Pàmols (2004), a juventude é uma ameaça de presentes obscuros e uma promessa de futuros distantes. Na perspectiva de Regina Novais (apud Quadrat, 2010), a juventude está biologicamente mais distante da morte e mais predisposta à vida, contudo não existe uma única juventude que convivem no mesmo tempo e espaço social.

Neste trabalho, partimos da definição de juventude que mais se aproxima do proposto por Rossana Cruz (2000), por entender que nada pode ser compreendido isoladamente da sociedade e, portanto, do modo de produção onde ela está inserida. A fuga de uma compreensão ontológica da categoria social juventude que, portanto, não se fixa.

Essa escolha tem como critério o fato de que da forma como foram colocadas as definições de juventude por Passerini (1996), Pampols (2004) e Novais (2000), elas se apresentam como conteúdos que não expressam a complexidade do conceito e não contemplam a juventude tal como a concebemos.

Já quanto a Aristóteles deve se ponderar que após séculos de transformações sociais essa definição de juventude já não se adequa mais ao nosso tempo pois, como será colocado, a juventude passa a ser percebida como categoria social autônoma, reflexo de mudanças que acontecem na sociedade no século XX. Isso provoca uma série de transformações no que se entende por *juventude*.

Também cabe ponderar que, embora a juventude seja frequentemente colocada pelo senso comum e por alguns pesquisadores como uma categoria social homogênea, ela não

poderia ser apresentada dessa forma. Deve-se levar em conta a classe social, estrato, etnia, religião, zona (urbana ou rural), etc.

Assim, para compreender a categoria social *juventude* e os fatores que levaram os jovens a se engajarem massivamente na participação política, temos também que compreender o contexto na qual ela está inserida. Aqui será feita uma breve contextualização do período a qual esse trabalho objetiva estudar.

Temos assim que entender que o mundo, no segundo pós Guerra, vivia um processo histórico que ficou conhecido como Guerra Fria, em que duas superpotências disputavam o globo: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com o regime comunista, e os Estados Unidos da América (EUA), com o regime capitalista.

Essa disputa provoca uma constante tensão pois se imaginava que, havendo um único míssil atômico disparado por qualquer das superpotências contra a outra uma guerra de proporções catastróficas poderia ser iniciada.

Segundo Jessica Reis, os reflexos da bipolaridade mundial se deram da seguinte forma:

Com isso há na Europa linhas de demarcação, determinadas por acordos, que dividiam o continente entre as duas superpotências. Na África, nações se aproveitaram do apoio das potências para se armarem e lutarem umas contra outras; na China, na Coreia do Norte, em Cuba o surgimento do socialismo e na maior parte da América Latina a implantação de ditaduras militares de direita. (REIS, 2007, p. 8)

Durante esse período houve um avanço considerável nas tecnologias, pois as potências tentavam mostrar uma à outra que seus modos de produção eram mais poderosos.

Devemos destacar que, embora nunca tenha ocorrido durante esse período um conflito direto entre a União Soviética e os Estados Unidos, em diversos momentos houveram guerras com a participação de ambos em caráter de oposição, atuando com envio de armamentos, soldados e outros tipos de tecnologia.

Dentre esses conflitos, um dos mais importantes, senão o mais importante, foi a Guerra do Vietnã. Segundo Pedroso (2015), a importância desse conflito não se dá só pelo fato de ter sido a maior derrota militar dos Estados Unidos, mas também por ser um dos eventos com maior desencadeamento político internacional.

Esse conflito se deu pois, em determinado momento, ocorreram diversas revoltas no Vietnã, comandadas pelo grupo de orientação marxista-nacionalista Viet Nam Doc Lap Dong Minh¹ (ou simplesmente Viet Minh) buscando a independência do domínio francês. O

¹ Liga para Independência do Vietnã (tradução livre).

território do Vietnã divide-se em duas partes: uma sob o comando do Viet Minh e outra sob o controle de Bao Daí (imperador vietnamita), que governava com apoio de Estados Unidos e França. Assim, ambos os “vietnãs” se tornam independentes. Porém, ambos os lados desejavam uma unificação, cada qual segundo seu modelo político, provocando uma guerra de maior escala (Pedroso, 2015), como já havia ocorrido na Guerra da Coréia (1950-1953).

Dessa forma, o lado norte foi apoiado por URSS e China e o lado sul pelos EUA – este que, em um primeiro momento, só mandou armas e apoio logístico, mas posteriormente teve ação direta de tropas estadunidenses em solo vietnamita.

A população dos EUA, durante as fases iniciais do conflito, estava favorável à participação direta do país, pois era visto como uma tentativa de “livrar o Vietnã da ameaça comunista” que posteriormente poderia acabar estimulando outros países a tomarem a mesma postura. Entretanto, com o elevado número de soldados estadunidenses mortos e feridos, houve a ascensão de diversos movimentos de protesto, protagonizados, entre outros, pelo movimento hippie, movimento negro e CTS² (este último mais restrito ao meio acadêmico), que clamavam pela retirada do país da guerra. Assim, ao perder o apoio popular e político, o governo norte-americano se retira da guerra.

Dessa forma, eventos como a Guerra Fria e Guerra do Vietnã provocaram mudanças na forma como a sociedade estava organizada, refletindo numa quebra de dogmas familiares durante a segunda metade do século XX. Foi um período de liberalização das relações que claramente afetou a juventude e impulsionou, em parte, sua participação política.

Por exemplo, o número de divórcios cresce nesse período: no País de Gales temos que em 1938 havia um divórcio para cada 58 casamentos, em 1980 essa proporção alcançou a marca de 1 divórcio para cada 2,2 casamentos, dado o apelo ao divórcio pela sociedade que antes o condenava. Também se destaca a estrutura familiar clássica no ocidente, em visível retração nos EUA, por exemplo. O número de famílias desse tipo caiu de 44% em 1960 para 29% em 1980: uma mudança radical para um período de vinte anos. Tudo isso é reflexo das mudanças nos padrões da conduta sexual. Essas mudanças em maior ou menor escala puderam ser percebidas em todo o globo, segundo Hobsbawm (2001).

Todos esses fatores contribuíram para uma transformação do que se pensava como juventude, proporcionando assim o surgimento de uma *cultura jovem* traduzindo o entendimento sobre essa categoria, que passa a não somente ser entendida como estágio preparatório para a vida adulta, mas sim como um grupo social em suas características únicas.

² Segundo AULER e BAZZO (2001), trata-se de um movimento que surge no contexto da Guerra do Vietnã, opondo-se aos gastos com desenvolvimento de tecnologia de guerra.

O surgimento dessa cultura jovem eclode um aumento da participação política dos jovens. Segundo a análise de Réis, podemos estabelecer diálogo com a análise de Eric Hobsbawm quando este afirma que os estudantes foram os principais atores políticos especialmente na segunda metade do século XX, promovendo campanhas como motins operários na França e na Itália.

Assim Hobsbawm (2001) conclui que

contudo, talvez baste apenas supor que o estilo informal foi uma forma conveniente de rejeitar os valores das gerações paternas ou, mais precisamente, uma linguagem em que os jovens podiam buscar meios de lidar com um mundo para o qual as regras e valores dos mais velhos não mais pareciam relevantes (Hobsbawm, 2001, p. 325).

Exemplificando essa tomada de consciência temos o evento de maio de 1968 e as lutas contra o autoritarismo, o conservadorismo e o ensino tecnicista que estavam colocadas no âmbito global:

O Movimento de 1968 exigia o acesso de todos ao ensino superior, recusava a divisão social do trabalho, toda espécie de hierarquia e recusava os critérios de eficiência e rentabilidade capitalistas. A participação dos estudantes na gestão era proposta nas comissões paritárias para a reforma universitária. Defendiam a autonomia do saber e a integração da universidade com a sociedade. (GROPPO, 2006, p. 89-90 em apud FERRARO e DAL RI (2014)

Embora o maio de 1968 tenha repercussão em escala global, há um consenso que coloca o movimento de estudantes na França como o principal expoente daquele momento mobilizando intelectuais e artistas. Destaca-se que o movimento na França não ficou restrito a Paris, mas também chegou a outros lugares.

Dentre as mobilizações da Europa pertencentes a esse movimento vale destacar que, na Iugoslávia, a Faculdade de Nova Belgrado foi ocupada pelos estudantes e acabou rebatizada como “Universidade Vermelha Karl Marx”. Lá os estudantes lutavam juntamente com os trabalhadores contra a burocratização da política, a elite político-econômica dominante e o consumismo (Gropo apud FERRARO e DAL RI, 2014).

Na América Latina, vale destacar o movimento da juventude chilena que em 1967, desencadeou protestos que culminaram inclusive na ocupação da Universidade Católica, angariando apoio de estudantes de outras universidades. Esse movimento é bastante atacada, acusada de ser um plano comunista (Quadrat, 2010).

Ainda segundo a autora, as manifestações estudantis do Chile podem ser consideradas vitoriosas pois culminaram na renúncia do reitor da universidade, dando início a um processo de democratização do ensino, com a participação dos trabalhadores e estudantes na escolha dos novos dirigentes.

Essa entrada da juventude no campo da atuação política teve reflexo em vários campos como a música, o cinema e as relações familiares. Um exemplo dessa profunda mudança foi a indústria fonográfica que, ainda segundo Hobsbawm (2001), tinha como principal consumidor, durante as décadas de 70 e 80, essa juventude, especialmente em países menos politizados. Nesses, os acontecimentos políticos eram de caráter comportamental enquanto em países mais politizados tinha um caráter mais direto:

Os acontecimentos políticos mais dramáticos sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, foram as mobilizações da etária que em países menos politizados, fazia a fortuna da indústria fonográfica, que tinha de 70% a 80% de sua produção — sobretudo de rock — vendida quase inteiramente a clientes entre as idades de catorze e 25 anos (2001, p. 253).

Uma importante ponderação a ser feita sobre a atuação da juventude durante as décadas de 60 e 70 é: a recusa do senso comum de que a juventude teria se mobilizado na verdade porque queria ouvir *rock* e usar entorpecentes. Essa visão estaria errada pois, segundo Hobsbawm (2001), inverte a ordem dos fatores de que essas atitudes já eram reflexo de contestação política, simplificando a tomada de consciência política da juventude a mero pretexto e não a considerando uma forma legítima de mostrar sua indignação.

No Brasil, a juventude e os movimentos estudantis viriam a se envolver na luta contra a ditadura militar e, nesse recorte em especial, é que vou me ater nos próximos capítulos, identificando as instituições envolvidas, métodos de enfrentamento e principais lideranças.

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS GERAIS DO GOLPE

Ao adentrarmos a realidade política brasileira nesse período, verificamos que estávamos submetidos a uma ditadura. Os antecedentes dessa ditadura se explicam pela crise política vivida pelo país desde a renúncia de Jânio Quadros³, e também pela reação do imperialismo norte-americano, em conjunto com as elites locais, contra o alto grau de organização e luta dos trabalhadores. Contra o suposto “perigo vermelho”, promoveram um golpe de Estado.

Após a renúncia de Jânio, assume João Goulart⁴ (PTB) em regime de emergência, tendo como principal proposta de governo aprovar as chamadas “reformas de base”⁵. Estas, embora não tivessem nada de revolucionárias, eram progressistas. Isso rende a Jango uma imagem de “comunista” e “subversivo”, que desagradava setores mais conservadores da sociedade, como a Igreja Católica e a classe média.

Dessa forma torna-se conveniente ao Congresso Nacional aprovar a mudança no sistema de governo para o parlamentarismo. Isso obriga o presidente a obter maioria na Câmara para governar. Jango busca aliança com o PSD, partido que detinha expressiva participação e, embora de alinhamento conservador, tenta estabelecer diálogo. A fim de se fortalecer, cria o chamado Gabinete de Conciliação Nacional reunindo as três principais forças partidárias da época: PSD, PTB e UDN.

O debate avançou até certo ponto acontece que haviam duas propostas de reforma agrária são apresentadas: uma que vinham sendo cogitado o debate pelo PSD, que significava desapropriação com indenização à vista em dinheiro ou títulos da dívida pública, e pelas já para as forças de esquerda, que rejeitavam esse pagamento nesse sentido significava negociação não reforma assim o conflito não avançou e o governo se vê diante de ocupações de terras em todo o país.

Em 6 de janeiro de 1963 é realizado um pleito referendo popular a respeito do sobre o sistema de governo: a resposta das ruas foi é clara votando a favor do favorável ao presidencialismo. Assim, Jango inicia o ano com popularidade em alta, mas logo que começa a decair devido às respostas do presidente às provocações feitas pelo jornalista Carlos

³ Segundo QUELER (2013), Jânio Quadros foi o presidente do Brasil durante 1960 e 1961: considerado um presidente populista, tinha como suas principais propostas acabar com o apadrinhamento em órgãos do governo e eliminar práticas de corrupção.

⁴-Segundo SANTOS (2009), João Goulart presidente que assume após a renúncia de Jânio Quadros, tinha como sua principal proposta de governo as reformas de base.

⁵ Segundo SANTOS (2009), este projeto previa reformas em diversos setores como fiscal, bancário, na educação e no campo, sendo a Reforma Agrária seu “carro-chefe”.

Lacerda, além da falta de posicionamento no que diz respeito a sobre uma rebelião de militares.

Começou aí inversão de sentidos que permitiu aos golpistas se apropriarem da bandeira da defesa da legalidade, argumento capaz de nos meses seguintes, fornecer credibilidade a campanha anti-Goulart patrocinada pelo Ipes. (Schwarcz e Starling, 2015)

Além de dificuldades internas, o governo também contava com o empecilho da negociação da dívida externa que não avançava. Acontece que Para o governo estadunidense havia no governo de em Jango elementos inaceitáveis na conjuntura da Guerra Fria, como, por exemplo, sua posição contrária às sanções que foram impostas a Cuba.

Além da negociação da dívida disso, os estados unidos EUA também representavam um problema à medida que desde 1959 já vinham inserindo dinheiro em instituições ligadas ao golpismo como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que financiava apoiava candidatos aos moldes norte-americanos ligados aos interesses estadunidenses e que em 1963, o instituto foi fechado após CPI que comprovou a devida ilegalidade no financiamento eleitoral.

E em meio a todo esse contexto Jango chama comícios na Central do Brasil⁶, onde discursa reforçando a necessidade das reformas de base com objetivo de aumentar seu apoio popular e acelerar a aprovação do projeto. Em resposta, os setores conservadores convocam as passeatas da “Família com Deus pela Liberdade”⁷, organizadas pela União Cívica Feminina (UCF)⁸.

Por conta da excessiva autoconfiança, nem Goulart nem a coalizão das esquerdas ligaram para o fato de meio milhão de pessoas saírem às ruas, na cidade mais importante do país, para protestar — “Isso não é povo”, desdenharam. Estavam enganados. A marcha que parou São Paulo era a comprovação de que se consolidava uma frente de oposição ao governo, com capacidade de mobilização e composição social heterogênea. (SCHWARCZ, LILIA MORITZ, P.338)

Em 30 de março de 1964 uma frota que partirá parte de Juiz de Fora (MG) com intenção de tomar o poder, o que faz com que forçando Jango a fugir do país foge e buscar asilo no Paraguai. Isso desorienta a esquerda , que não toma nenhuma postura de resistência,

⁶Segundo SANTOS (2009), comício onde Jango discursa reafirmando suas posições e falando sobre a importância das reformas e base esse evento fortalece acusação de Jango ser comunista.

⁷Passeata em que 500 mil pessoas manifestaram-se contra o governo de João Goulart. A manifestação teve em seu encerramento uma missa em defesa da democracia (Codato e Oliveira, 2004).

⁸Segundo SESTINI (2008), movimento fundado em 1962 que congregava esposas e amigas de empresários e militares paulistas, sendo um dos principais organizadores das manifestações.

muito provavelmente por considerar que essa seria mais uma das intervenções que do Exército, como já havia ocorrido antes feito em alguns momentos. Nelas, intervenções o exército assumia e rapidamente devolvia o poder ao povo mas não dessa vez: foi o que aconteceu haviam facções do exército com uma agenda de governo.

Os EUA organizam a Operação *Brother Sam*, constituída por uma força tarefa naval com apoio de militares brasileiros e incumbida de dar apoio ao golpe se houvesse resistência.

Com Jango ausente, em onze de abril o Congresso Nacional se reúne para eleger o novo chefe de estado do país. Havia mais de quatrocentos deputados com seus mandatos cassados, facilitando a eleição do militar Alencar Castelo Branco, com a promessa de entregar o cargo para seu sucessor civil em 1965: durante os próximos 21 anos, 5 generais se alternam no controle do Poder Executivo.

Durante o período no qual os militares estiveram no poder aconteceram algumas divergências internas: é válido ressaltar que os quartéis tinham interesses e visões diversas sobre a atuação no governo.

Sobre a natureza desse golpe, Demian Bezerra de Melo afirma sobre o caráter “civil-militar” do golpe que:

o que caracteriza a natureza “civil-militar” do golpe não decorre só do apoio de civis, mas da participação direta na preparação e execução do golpe, como foi o caso do governador mineiro, Magalhães Pinto. [...] o governador udenista esteve integrado ao esquema golpista que contava com o apoio de Washington através de um acordo entre o seu (recém-nomeado) secretário sem-pasta Afonso Arinos de Melo Franco e o governo Lyndon Johnson, materializado na operação *Brother Sam* (MELO, 2012).

É possível se questionar se a expressão “civil-militar” coloca no povo o peso do golpe, mesmo que embora este fosse apoiado por parte da população, não houve extenso apoio popular: e sim de setores muito específicos.

Portanto, ao analisar os principais atores do golpe que trabalharam para tirá-lo do papel vemos primeiramente os militares e em seguida setores empresariais. Estes últimos financiam uma ampla campanha midiática contra Jango através do IBAD e de outros meios de comunicação.

E como se não bastasse a participação do IBAD no período pré-golpe, membros do instituto detinham vagas privilegiadas no Ministério do Planejamento com liberdade de gestão sobre o orçamento. E assim fizeram: facilitaram a entrada do capital estrangeiro, estimularam a exportação, colocaram fim ao FGTS, reprimiram fortemente os sindicatos e proibiram greves.

Assim, esse trabalho dialoga mais com a perspectiva que situa o golpe como um fenômeno decorrente da participação empresarial que, com seu financiamento tanto a candidatos quanto a propaganda ideológica, conseguiram criar um cenário que não agradava a população, abrindo caminho para a possibilidade de um golpe encabeçado pelos militares.

Sobre o período, Paula (2007) estabelece um paralelo entre o governo militar e o de Jango, da seguinte forma:

Começa, então, o período de contraste ao anterior, em que política e a economia se guiavam pelo binômio “segurança e desenvolvimento” em vez de “reformas de base”, no lugar da “republica sindicalista”, a concentração de renda, o arrocho salarial e o alinhamento submisso ao grande capital internacional (representado pelos EUA). (Paula, 2007, p. 13)

Um dos aspectos ressaltados pela autora trata-se da concentração de renda passando de 0,50 em 1960 para 0,56 em 1970 e 0,59 em 1980, com base no índice Gini⁹. Ao abordar o tema, o IBGE ainda destaca que:

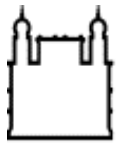
De acordo com a Tabela 2, o aumento da desigualdade de renda foi mais intenso na passagem das décadas de 1960 para 1970 e de 1980 para 1990. Esse crescimento, no entanto, teve natureza distinta nestes dois períodos. Enquanto na década de 1960, o peso do aumento da desigualdade recaiu principalmente na classe média, nos anos de 1980, foram os indivíduos mais pobres que tiveram redução na sua parcela da renda total. (IBGE, 2006)

Outra questão a ser tratada sobre os aspectos gerais do golpe perpassa a intensa repressão contra a atividade grevista tanto dos estudantes quanto dos trabalhadores, sendo duramente reprimidas. A título de exemplo temos as greves em Contagem (MG) que chegaram a paralisar cerca de 16 mil trabalhadores; a greve de Osasco com 10 mil trabalhadores (esta última resultando na prisão de cerca de 400 trabalhadores).

Assim que a ditadura militar se instala, diversos ataques começam a ser feitos contra o Movimento Estudantil. Uma das principais entidades que fizeram oposição à ditadura foi a União Nacional dos Estudantes (UNE) que, naquela época, teve sua sede na Praia do Flamengo queimada e posta na ilegalidade com a Lei Suplicy de Lacerda¹⁰, substituindo-a pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNEs) no qual era controlado pelo Estado e vetava pautas políticas.

⁹Índice que mede o nível de concentração de renda de uma determinada região em um determinado período.

¹⁰ Lei n. 4.464, de 9 de novembro de 1964 conhecida como Suplicy de Lacerda dispunha sobre os órgãos de representação estudantis e agora os colocava sob total tutela das instituições universitárias e governamentais: na prática, visava o controle, o esvaziamento ou a extinção do movimento estudantil, segundo Sanfelice (2008).



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



**ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO**

CAPÍTULO 3 - POLÍTICA NA DITADURA

O mais importante braço da UNE nessa época era o Centro Popular de Cultura (CPC), engajado com a politização da população e nos estudos sobre as raízes culturais do Brasil. No documento “Manifesto CPC/UNE”, de 1962, escrito por Carlos Estevam Martins, eles afirmam que:

Para o artista despolitizado a história da arte não constitui mais do que a história das formas e dos problemas artísticos e a sucessão dos estilos é entendida como não sendo mais que um simples jogo de pergunta e resposta (...). O que distingue os artistas e intelectuais do CPC dos demais grupos e movimentos existentes no país é a clara compreensão de que toda e qualquer manifestação cultural só pode ser adequadamente compreendida quando colocada sob a luz de suas relações com a base material sobre a qual se erige os processos culturais de superestrutura” (Martins, 1962, p. 123).

Através deste documento, podemos perceber um conjunto de ideias que estavam circulando na juventude antes do golpe civil-militar de 1964. Uma das principais atividades do CPC era a elaboração e apresentação de peças com caráter político, na tentativa de despertar consciência das massas.

A UNE, nessa época, era alvo de disputa entre a Ação popular (AP) e a União da Juventude Comunista (UJC), esta última que daria origem às dissidências estudantis. A principal divergência entre esses dois movimentos está no foco da luta. Enquanto a AP achava que o enfoque deveria ser quase exclusivo, na luta de classes e na luta contra a ditadura, as dissidências optaram por um programa que tentasse conciliar as pautas estudantis com a luta de classes.

Essa divergência entre AP e as dissidências ficou fortemente marcada no XX congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968, onde a disputa interna para presidência da entidade foi muito pautada. Isso acabou sendo uma das causas da desarticulação do ME nos anos seguintes, face à saída da AP, predominante na UNE, para se juntar ao PCdoB e atuar no movimento de massas.

A (AP) tinha sua origem na Juventude Universitária Católica (JUC), que acaba rompendo com a estrutura da igreja e passa por um processo de reformulação descrito por Dias (2007).

Constituída como organização laica, a AP significava, por si própria, uma ruptura dos católicos progressistas com a estrutura da Igreja, mas percebiam-se, em sua formulação, ecos do pensamento cristão e uma tentativa de síntese com outras referências, como o marxismo e o existencialismo. Depois de

1964, quando reorientou seu ideário e aderiu ao marxismo-leninismo, a AP promoveu uma ruptura com a herança cristã. (DIAS, 2007, p. 1)

As dissidências eram movimentos que tinham caráter estudantil e surgiram da crise interna. Entretanto, é importante deixar claro que as dissidências não eram um movimento único, mas sim diversos movimentos que tinham caráter local. Desta forma, havia dissidências em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, mas foi a do Rio de Janeiro que obteve maior destaque e ficou conhecida como Dissidência da Guanabara (DI-GB).

Com a instituição da Lei Suplicy de Lacerda, a situação dos DCEs ficou bastante complicada. Afinal, o ME passou a ser submetido à regulação do Estado. Dessa forma, os estudantes adotaram a estratégia de boicotar os DCEs e fundar outros, independentes desse controle. Surgem assim os “DCEs livres”. Entretanto, essa estratégia recebe críticas internas ao abandonar os meios de representação oficiais, estes são entregues sem resistência aos setores ligados à ditadura, como fica claro nas palavras de um dos mais importantes líderes estudantis da época, Vladimir Palmeira:

Houve um problema em 1965, que se chamava Lei Suplicy. Nós adotamos uma tática errada, que era de boicote à lei, de forma que largamos o diretório oficial e concorremos a um diretório que nós criamos na rua e batizamos de CACOLivre. Ora, com isso, nós entregamos à direita o diretório oficial. E a direita, que não tinha força nenhuma, era muito atomizada, passou a ter um instrumento de organização e congregação que nós entregamos grátis para ela. (PALMEIRA apud LIMA, 2011, p. 7)

Durante toda a ditadura ocorreram mobilizações que fugiam às ações das organizações estudantis: como a “Passeata dos 100 mil” que contaram com a presença, além da população em geral, de artistas e intelectuais. Esse contexto estabelece relação com as manifestações do Maio 68, em certo sentido: ambas (tanto no Brasil quanto na França) lutavam contra o ensino tecnicista e por uma educação crítica diferindo as respectivas posições desses países em relação ao imperialismo.

A Passeata dos 100 mil (1968) teve sua origem na morte do estudante secundarista Edson Luís: cerca de 300 estudantes almoçam no Calabouço, restaurante universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), enquanto organizavam um protesto contra o aumento do valor da comida do próprio restaurante. A polícia invade o estabelecimento e acaba matando o estudante.

Após a confirmação de sua morte o corpo foi resgatado por outros estudantes e carregado até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) como forma de protesto.

A “Batalha da Rua Maria Antônia” é outro exemplo de protesto reflexo dessa insatisfação: conflito ocorrido entre estudantes do curso de filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e os estudantes da Mackenzie.

Estudantes da USP realizavam um pedágio para tentar arrecadar fundos para financiar o XXX Congresso da UNE. Porém, os estudantes da Mackenzie começam a atirar ovos e pedras contra os alunos do curso de filosofia, iniciando assim um conflito que só viria a terminar no dia seguinte. Destaca-se que foi um dos primeiros ocorridos em que estudantes pegaram em armas.

Essas e outras manifestações tinham forte caráter de luta educacional que objetivavam a expansão da universidade pública e a aplicação de maiores investimentos em políticas destinadas à inclusão dos estudantes mais pobres, como bolsas de estudo, transporte, restaurantes mais baratos e assistência médica.

Segundo Martins (2009), em função da reforma universitária de 1968¹¹, começa a proliferação de um ensino superior privado. Dessa forma, se instalam diversos estabelecimentos de ensino isolados, voltados a atender aos extratos mais abastados da sociedade. No âmbito propriamente da luta por melhorias nos espaços de ensino destaca-se a posição do ME contra o acordo MEC-USAID¹², promovendo um projeto de universidade de ensino ainda mais tecnicista. Segundo Lima (2011), os estudantes brasileiros compreenderam o acordo MEC-USAID como uma tentativa de intervenção dos EUA no país. Desta forma, constataram a submissão ideológica do Brasil aos EUA através do modelo educacional.

Tendo isso em vista, o ME tenta se organizar, através da realização de um evento para enfrentar e cancelar este acordo. Entretanto, os militares ficaram sabendo previamente da organização do evento e impediram a chegada dos membros ao evento.

Outra das pautas no ME era a questão dos excedentes: estudantes que foram aprovados na universidade mas não podiam ingressar. Em 1960 eram de 28.728 o número de estudantes nessa situação. Já em 1970 esse número chega a 161.176.

Para Paula (2007), a pressão da classe média para a resolução desse problema se dava principalmente por terem vivenciado o contraste da política educacional durante a república

¹¹Reforma que visava uma modernização da universidade (MARTINS, 2009).

¹²USAID (United States Agency for International Development) - organismo cuja ação visava à difusão ideológica do sistema capitalista, no período de Guerra Fria (REIS, 2007).

populista, em que ocorreram avanços significativos com uma considerável diminuição no índice candidato-vaga. No período da ditadura, este índice seguia em direção oposta.

Segundo Weber Silke, “outro motivo importante para este aumento da demanda por vagas no Ensino Superior decorreu do crescimento do ensino médio; entre 1947 e 1964, o número de estabelecimentos de ensino médio passou de 3.415 para 8.592”. (apud AZEVEDO, 1976, p. 20).

Frente a todo esse contexto de ataque à democracia e diante das péssimas condições de ensino, vemos no Brasil uma juventude que se coloca a lutar para reverter essa situação e que acaba se tornando um dos principais motores de luta, alinhando-se em parte com o movimento global de tomada de protagonismo político.

Destaca-se também na análise do ME sobre a situação da universidade. Segundo Ana Flávia d’Assumpção Lima, a ideia de que sua compreensão só pode ser bem sucedida se concebida dentro da estrutura social a qual ela estava inserida, possibilitando apontar seus limites e sua insuficiência. Dessa forma, não se pode pretender uma reforma válida da universidade, enquanto ela for apenas uma peça de um conjunto globalmente alienado. Uma universidade ótima só será possível em uma sociedade ótima.

Desta forma, pode se estabelecer um diálogo com a realidade brasileira que estava cada vez mais autoritária com a instauração do Ato Institucional nº 5 (ou simplesmente AI-5), que representou o “golpe dentro do golpe”, ao reforçar a supressão de liberdades democráticas.

Como antessala da catástrofe do (AI-5), a repressão ao ME já vinha se intensificando. Um exemplo disso foi a prisão, em 3 de agosto desse mesmo ano, de um dos principais líderes estudantis que atuavam no Rio de Janeiro.

Essa prisão acarretou em uma diminuição no número de participantes nas manifestações do ano seguinte, mas também se deve por questões de conflitos internos e da migração de membros do ME para grupos voltados às ações de massas.

Assim, mesmo com o amplo destaque nas pautas educacionais, não pode se considerar esse como o foco naquele momento, mas sim como uma das pautas que dialogava em igual importância com a luta contra a ditadura e o cerceamento das liberdades que tinha se instaurado.

É necessário nesse sentido deixar claro que pautas por melhorias no ensino já acompanhavam o ME desde 1957, no I Seminário de Reforma do Ensino e o posicionamento contrário do ME sobre a lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovadas em 1961. Dessa forma, não se tratava de um debate precipitado ou manifestação de uma vontade que veio a

ser expressa nesse tempo em função de sua oposição ao regime vigente, mas sim que tal luta foi reforçada em função dos retrocessos que este governo estava causando.

Assim temos que, a medida que a ditadura vai aumentando a repressão, muitos estudantes começaram a optar por movimentos que estavam ligados à luta armada como, por exemplo, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)¹³ e a Aliança Libertadora Nacional (ALN)¹⁴, além da própria Guerrilha do Araguaia, ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Essa opção pela luta armada por parte de muitos estudantes acaba por ser um dos responsáveis pela desarticulação do ME nesse período.

Entretanto deve se levar em conta que os militantes do ME na época não consideravam que essa mudança em seu campo de atuação se desdobraria na desarticulação do movimento como aconteceu. A ação de maior destaque do PCdoB nesse período foi a Guerrilha do Araguaia¹⁵: podemos destacar que, embora fortemente reprimida, mesmo assim conseguiu resistir a duas das três ações do Exército contra ela. Tal capacidade de resistência se dava devido ao grande apoio local ao movimento. Entretanto, mesmo com esse apoio não foi capaz de resistir à terceira investida do Exército, deixando cerca de 64 guerrilheiros ou pessoas ligadas a causa desaparecidos e mortos, segundo o livro “Direito à Memória e à Verdade” (2007).

Sobre o apoio popular à Guerrilha do Araguaia, destaca-se o fato de a população ter criado grande apego aos membros da guerrilha e dada à truculência das abordagens militares aos moradores (Silva, 2008).

Algo que nos parece bastante evidente: na experiência cotidiana dos moradores durante a Guerrilha do Araguaia é que a sua relação com os paulistas não constitui uma coisa unilateral. Na nossa concepção, essa relação se dá através da simbiose, ou seja, existe uma reciprocidade entre as partes envolvidas. Exemplo dessa relação encontramos nas narrativas dos guerrilheiros, no Diário da Guerrilha do Araguaia: “As massas fornecem-lhes comida, roupa, calçado, rede de dormir. Às vezes, a contribuição popular chega a ser comovente. O lavrador que nada possui faz questão de entregar a botina que usa, a única rede, o alimento de que necessita. Faz questão” (MOURA, 1985: 53) (apud SILVA 2008 P,40)

Segundo Silva (2008), a estratégia dos guerrilheiros para conseguir apoio da população local deu tão certo que futuramente também foi adotada pelos militares para enfrentar a guerrilha. Tendo sido chamada de Aciso (Ação Cívico-Social).

¹³Organização política de esquerda revolucionária. (SANTOS, 2011).

¹⁴Ampla frente contra o avanço do integralismo no Brasil, que teve papel importante na luta contra ditadura no Brasil (PRESTES, 2005).

¹⁵ Movimento de luta armada criado pelo PCdoB, em 1974 (SALES, 2007).

Então, o que o Exército fez? Primeiro, deixou de usar farda e, segundo, tratou de isolar os guerrilheiros da população. Aí intensificou a busca de informações por meio de pessoas não fardadas, agentes militares ou civis, que eram jogados lá. E foram levantando, foram enfrentando, até acabar. Questão de paciência e firmeza. O grupo subversivo ficou sem a população para informar, ficou cego e foi mais fácil. Aos poucos, eles foram sendo apanhados um a um (D'ARAÚJO; SOARES, 1994: 174)(apud SILVA 2008, P56)

Enquanto isso, o ME se manteve, ainda que parcialmente, ativo:

No início da década de 1970, embora sob severa repressão, o movimento estudantil não interrompeu completamente suas atividades, continuando a atuar na clandestinidade. Em 1975, sinais claros desta atuação puderam ser percebidos na reconstituição das organizações de representações centrais de estudantes da USP e da PUC de S. Paulo (MISCHE apud AZEVEDO, 2008, p. 19).

Os estudantes que permaneceram no ME tiveram sua participação brutalmente reduzida para o interior das universidades e às manifestações culturais: consequência da brutal repressão a qual as manifestações externas estavam sofrendo. O ME então se volta para as pautas mais localizadas, como a reconstrução dos DCEs e da UNE.

Em 1974, com a autocrítica das forças de esquerda sobre às formas de luta, começou-se a almejar uma ação mais conjunta, guiada por um projeto de pôr fim à ditadura. Nesse novo momento tornaram se mais visíveis as correntes e partidos políticos. Isso se deve ao fato de que junto com grandes mobilizações veio um processo de reorganização política do ME diferenciando assim os estudantes pelo meio em que eles atuavam.

Assim, as organizações políticas entram de cabeça nessas disputas. Voltam à cena organizações como PCB, PCdoB (que cresce e conquista a presidência da UNE), Libelu, Refazendo (que é resultado da junção de militantes da APML, ALN, MR-8); além de grupos como o Movimento de Emancipação do Proletariado¹⁶.

Sobre a Refazendo, destaca-se sua posição crítica em relação à política do PCB de luta por uma revolução democrática-nacional. Para a historiadora Maria Paula Araújo (1999) disponível em Müller (2010), havia uma pretensão de configurar uma junção de organizações de esquerda que conduziram a revolução socialista no país.

Ainda sobre a Refazendo, essa aparece pela primeira vez no curso da reorganização do DCE livre da USP e, com a vitória nas eleições de 1976 e 1977, se configura como a principal

¹⁶ Fundado em 1976, foi uma dissidência da Organização Revolucionária - Política Operária.

força da universidade, com destaque para os cursos de Ciências Sociais, Economia, Física, Geologia, Geografia, Psicologia e Politécnica.

A “Refazendo” defendia um movimento alicerçado nas próprias entidades de base na defesa das lutas por melhorias nas condições de ensino e também por liberdade de organização e expressão; além disso, pretendia não se consolidar numa estrutura rígida e predeterminada de organização, formal e burocraticamente articulada como entidade (MÜLLER, 2010 , p. 114).

No ano de 1976 acontece um conflito que resultaria na retirada do MR-8 no ano 1978. Segundo Müller (2010), o ponto central das divergências estava no papel do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o caráter da revolução brasileira e a convocação da Assembleia Constituinte. Com o MR-8 e sua aproximação com a chapa do PCB surge uma crise interna. Dessa forma, em fins de 1980, a APML, força majoritária, realiza seu segundo congresso e optam por se integrar o Partido dos Trabalhadores (PT).

Importante ressaltar que haviam organizações políticas com ideologias próprias e que acabavam usando-as como uma peneira para seleção e recrutamento de novos membros para as mesmas. Isso se deve ao fato de que esse tipo de entrada é mais progressiva, mais flexível, menos reprovada e menos visível do que uma entrada direta na organização, como mostra Angélica Müller (2010).

Assim, dentre os movimentos que compunham a Refazendo, o primeiro que receberá destaque será a Aliança Nacional Libertadora (ALN): uma organização que inicialmente não tinha caráter propriamente estudantil, mas já contava com muitos estudantes em seus quadros e que posteriormente marcariam presença no ME. Ressalta-se que esta organização não almejava o ideal democrático burguês, mas sim um regime pautado pelo marxismo como foi explicitado em “Ecletismo e marxismo” escrito por Carlos Marighella (1967), em que ele critica movimentos que seguiam misturas ideológicas e não exclusivamente o marxismo.

Sobre o MR-8, temos que o nome foi adotado posteriormente pela dissidência da Guanabara após o sequestro do embaixador estadunidense, realizado em parceria com a ALN, que tinha por objetivo forçar a soltura de presos políticos em troca da libertação do embaixador. A operação foi considerada uma das ações de maior sucesso na luta contra a ditadura, posto que logrou libertar mais de 100 presos políticos, exilados em seguida.

O movimento Liberdade e Luta, mais conhecido como Libelu, ganha força depois da greve da Escola de Comunicação e Artes da USP em 1975. Tinha uma visão na teoria de Leon Trotsky e entendiam a massa estudantil como um valioso auxiliar ao proletariado, além de

também tentarem integrar os profissionais da escola à luta. Também compreendiam a importância da aliança entre o ME e Movimento operário.

Seus membros entendiam que a universidade fora definida no interior da sociedade como uma instituição a serviço da classe dominante, no sentido de formar mão de obra especializada exigida pelo capitalismo brasileiro. Por isso, lutavam por melhores condições de ensino, contra a reforma universitária, contra o ensino pago, contra o vestibular, contra educação física obrigatória, contra os pré-requisitos aos cursos, contra o jubramento, pela abolição das taxas, por transporte gratuito, restaurantes e completa assistência médica e dentária gratuitos, pela contratação de professores em tempo integral e com salários condizentes, entre outras demandas (MÜLLER, 2010, p. 117).

No que diz respeito à universidade, propunha eleições para diretores e reitor, votados pelos alunos, professores e funcionários também defendiam boicote aos conselhos universitários e lutavam pela democratização do ensino (Müller, 2010).

Destaque-se que a Libelu foi o primeiro movimento a aderir à palavra de ordem “Abaixo a ditadura” e sua compreensão do MDB que era visto como uma tribuna com várias facções da classe dominante tentando decidir os rumos que seriam tomados pela ditadura conforme colocado no documento “Plataforma Liberdade e Luta para o DCE livre da USP” apud Angélica Müller.

O movimento ganhou destaque com a campanha que fez em defesa do voto nulo: cerca de 93 delegados eleitos no congresso de reconstrução da UNE. Também se destaca que foi a única tendência que teve o mesmo nome em todo o território nacional.

O movimento ligado ao PCB era a “Unidade”. Esta foi fundada em situação de isolamento do ME e sem prestígio dentro do partido. Entretanto, acabou se tornando uma força expressiva, tendo conquistado o DCE de várias faculdades (nem todas necessariamente com esse nome) e mesmo não tendo participado oficialmente da reconstrução UNE foi a segunda chapa mais votada no congresso da entidade no ano de 1979.

Sobre sua visão política, sabe-se que eles almejavam a formação de uma frente democrática com a presença de diversos setores da sociedade, com força o suficiente para combater a dominação imposta pela ditadura empresarial-militar e, diferente da Libelu, defendeu o voto em candidatos do MDB.

Nos parágrafos a seguir serão tratadas as organizações que, embora não tivessem caráter estudantil, contaram com a presença de estudantes em sua composição. O MEP foi uma organização derivada POLOP e, como eles também, considerava a luta democrática uma luta reformista. Entretanto, compreendiam que alguns direitos democráticos se tratavam de

pautas legítimas, como o direito de que os oprimidos pela ditadura se manifestassem e se organizassem.

A organização ficou conhecida pelo movimento “Organizar a Luta” e entendiam o ME com um movimento auxiliar do MO e, como a Libelu, almejavam a unificação entre os dois setores. Mas para isso acontecer acreditavam que era necessário antes o fim da repressão e, por isso, centralizaram sua demanda nessa pauta.

Partindo da palavra de ordem “pela liberdade de organização e de manifestação política dos estudantes”, os militantes da “Organizar a Luta” batalhavam pela revogação dos decretos-leis (477 e 228), pela extinção do policiamento dentro das universidades, contra cláusulas repressivas do regimento interno, pela liberdade dos presos políticos, pelo fim das prisões e torturas, pelo direito de greve, pelo reconhecimento das entidades livres e contra a participação nos órgãos atrelados à burocracia universitária. Também estavam contra todas as formas de elitização (que compreendiam o ensino pago, o vestibular, o jubramento), pré-requisitos (MÜLLER, 2010, p. 126).

Assim como a Libelu, também tinham um posicionamento crítico ao voto no MDB e defenderam o voto nulo, pois acreditavam ser improdutivo e ineficiente votar em uma oposição consentida pela ditadura. Nesse sentido, compreendiam que o MDB representava um instrumento para manutenção da farsa eleitoral e, portanto, não cabia votar nele.

Acontece nesse período um aumento do número de protestos e greves resultado do surgimento de novos movimentos no pós-autocrítica que conseqüentemente provocou um aumento das bases do ME. Segundo Oliveira (2002), as greves foram importantes para dar mais visibilidade ao ME, levando-se também em conta que a imprensa começou a dar mais atenção às ações do movimento (apud Müller, 2010).

Müller (2010) coloca que embora o movimento grevista fosse pautado principalmente nas ações contra a ditadura, os principais estopins para as greves estudantis foram a realidade universitária, levando assim os estudantes a se reunirem e deliberarem pela paralisação.

Como exemplo desse fenômeno temos que na USP, a depender do campus, as pautas para instituir a greve foram questões ligadas à alimentação ou à duplicidade de horários, ou ainda os critérios para admissão no estágio no Hospital das Clínicas. Enquanto na Unicamp o principal motivo para a greve foi que a universidade passou a vender as apostilas que antes eram dadas gratuitamente. Já na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a paralisação aconteceu em função da dispensa de quatro professores e do fechamento de uma biblioteca.

Em abril de 1974, 33 pessoas, dentre estudantes e professores, foram presas na USP, o que levou a um protesto com o intuito de tentar conseguir a liberação desses presos políticos. Estavam presentes no prédio das Ciências Sociais cerca de 2 mil estudantes, além de deputados do MDB, mães de presos políticos, advogados e pessoas ligadas à Igreja Católica.

Esse protesto culminou na criação de um Comitê de Defesa de Presos Políticos, com cerca de 300 pessoas, que se dividiram em grupos que passaram a realizar atividades em diferentes departamentos da USP, dentre as quais se destaca a criação de um manifesto nomeado como “Isso você não poderá ler nos jornais”.

Foram realizadas diversas ações repressivas no intuito de atrapalhar os trabalhos do comitê. A exemplo, cercaram a cidade universitária, proibiram ônibus e circulares de rodar, além de terem cortado o fornecimento de energia elétrica da faculdade. Após esses eventos, os membros do comitê se reuniram em outro local comemorando como uma vitória: segundo eles o movimento teria tomado corpo.

Pouco tempo depois, o comitê foi se esvaziando. Segundo Cancian (apud Müller, 2010), esse processo se deve principalmente aos seguintes fatores: os presos estarem sendo soltos, a extrapolação de funções do comitê para além da proposta inicial e divergências entre as correntes.

No entanto, a estruturação (mesmo que por algum período) de um comitê que agregou, além dos estudantes, outros movimentos da sociedade civil e do clero, mostrou, mais uma vez, a importância do papel articulador do ME nas diferentes lutas de resistência à ditadura. Ações conjuntas com outros movimentos sociais e políticos foram se fortalecendo e ampliando, à medida que a conjuntura política se modificava (MÜLLER, 2010, p. 102).

Segundo Romagnoli e Gonçalves (1979), no primeiro semestre de 1975 foram realizados diversos movimentos grevistas que inicialmente tinham como pauta central o aprofundamento da crítica do ME ao sistema educacional implantado pela ditadura. Num segundo momento se torna mais abrangente, colocando assim a crítica ao regime ditatorial como principal ponto de manifestação. Destaca-se que foi o momento que os estudantes voltaram a aparecer mais nas ruas saindo da universidade. Segundo Müller (2010), as inúmeras reivindicações feitas por esse movimento já refletiam o início da mudança de tendência dentro da USP e que contribuíram para a reorganização do DCE.

Destaca-se que os alunos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) produziram a maior greve do período, que tinha como estopim a questão do jubramento que, posteriormente, por consequência das manifestações, foi revisto no regimento interno,

restando apenas o jubilamento por tempo máximo (Romagnoli e Gonçalves apud Müller, 2010). A manifestação foi considerada vitoriosa não só por ter sido atendida a reivindicação principal, mas também por ter sido importante para o fortalecimento da militância estudantil baiana e acarretar em eleições livres para eleição do DCE.

Com o assassinato do jornalista Vladimir Herzog em 1975, a reação dos estudantes foi instantânea com a instalação de uma greve e a paralisação dos alunos, além da realização de uma missa de sétimo dia em conjunto com sindicatos e jornalistas que ficou conhecida por levar 10 mil pessoas à Catedral da Sé (SP) além de ter sido importante para a mobilização de vários setores com a adoção da bandeira “pelas liberdades democráticas”.

Com a chegada de Ernesto Geisel ao poder, se estabelece a política de distensão que previa abertura “lenta, gradual e segura”. Entretanto, significou, na visão de Codato (2005), muito mais uma mudança na forma como a ditadura se constituía em seus aspectos e não necessariamente na democratização. Isso fica claro com o fechamento do Congresso, em 1977. Ainda segundo Codato (2005), esse fenômeno corresponde à necessidade dos militares de resolverem problemas internos da corporação, conforme afirma:

Primeiro, o processo de “distensão política”, depois chamado “política de abertura” e, por fim, “transição política”, foi iniciado pelos próprios militares, e não por pressão da “sociedade civil”, ainda que ela tenha influído, de maneira decisiva, menos no curso e mais no ritmo dos acontecimentos. Segundo, esse processo teve sua natureza, andamento e objetivos determinados também pelos militares ou, mais exatamente, por uma de suas muitas correntes político-ideológicas. Por fim, ele correspondeu à necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não a uma súbita conversão democrática de parte do oficialato (CODATO, 2005 p.165).

Nesse sentido, há entre Codato (2005) e Müller (2010) uma divergência que fica colocada no seguinte passagem desta última, em referência à tese de Codato:

Discordando em parte da análise de Codato, entendo que essa “abertura” fez parte de um jogo político que levou em conta a atuação de três atores: os militares, os liberais (muitos deles reunidos em torno do MDB, além dos que atuavam na “Grande Imprensa”) e os movimentos sociais, nos quais o ME se incluía (Müller, 2010, p. 95-96).

Discordando de ambos, para nós a política de distensão se dá pois com o fim do “milagre econômico” e a elevada inflação, há uma perda do poder de compra da classe média, que se desagrada. Dessa forma, o governo perdeu sua base popular e precisou flexibilizar o regime, temendo um levante, além da perda de interesse dos EUA. Foi nesse período que o

ME começa a atuar de forma mais intensa contra o regime, com a reestruturação das entidades representativas, desde os DCEs até as uniões estaduais de estudantes (UEEs) concluindo na restauração da UNE.

Em certo sentido é possível afirmar que, com o final do governo Emílio Médici (1974-1978) e a perda de bases do regime, tomou forma uma ação mais aberta contra a ditadura, pois não se tinha mais tanto medo de ser denunciado ao DOPS. Isso fica claro com o aumento significativo das greves e manifestações no período e que marcam a decadência da ditadura.

Assim, com a política de distensão, o objetivo de reconstruir a UNE foi alcançado em 1979, após muitos encontros nacionais dos estudantes. Também foi nesse período em que foram instituídas diversas instâncias de representação estudantil no âmbito estadual, também em função da Lei da Anistia e da menor repressão do governo.

Também nesse período começa a se organizar o movimento estudantil secundarista que até então era muito orgânico e sem nenhuma centralidade, sendo as atividades culturais o principal motor de organização. Dessa forma, não apresentavam um papel de destaque (Lima, 1989).

CONCLUSÃO

Se conclui a partir desse trabalho que a luta contra ditadura militar está contida em um contexto de guerra fria e reflete um aumento da luta de classes onde a burguesia nacional não estava mais disposta a promover a conciliação que se tinha em momentos anteriores e radicaliza sua ação fornecendo apoio a ditadura enquanto os setores populares, a qual é composto, dentre outros movimentos pelo movimento estudantil, a medida que essa condição não conciliável e instaurada também radicaliza seu enfrentamento com ações menos institucionalizadas e mais diretas como passeatas e ações de guerrilha.

Também se conclui desse trabalho que a participação do movimento estudantil foi de fundamental importância para o desgaste do regime militar e serve como lâmpada para a atuação dos movimentos sociais nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Lúcia Rangel. *O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do séc. XX.*

Disponível em: <http://publicacoes.fatea.br/index.php/eecom/article/viewFile/402/258>.

Acesso em: 03/08/2018

CODATO, Adriano nervo. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*

Disponível em : <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7074/5046>

Acesso em: 06/12/2018

CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a11v2447.pdf>.

Acesso em: 03/08/2018

DIAS, Reginaldo Benedito. *Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a ação popular na história do catolicismo.* Disponível em:

<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/17%20Reginaldo%20Benedito%20Dias.pdf>. Acesso

em: 03/08/2018

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

Disponível em

: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memorial_direito_verdade.pdf

Acesso em: 07/12/2018

ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral / Marieta de Moraes Ferreira (Coordenação); Alzira Alves de Abreu.... [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. 316 p. il.

Disponível

em

:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6783/62.pdf#page=26>

Acesso em 02/01/2019

IBGE, *Estatísticas do século XX*

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=237312>

FERRARO, Karita Perine e DAL RI Neusa Maria *Movimento estudantil e a democratização da universidade* Disponível em

http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/movimento_karina.pdf

Acesso em: 03/08/2018

GROPPO, Luís Antonio. *As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967*.

Disponível em

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/L/Luis%20antonio%20grosso.pdf

Acesso em :25/12/2018

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LIMA, Ana Flávia Bastos D'Assumpção. *O movimento estudantil e a ditadura militar do Brasil: a política educacional em pauta (1961-1968)*. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11441/Ana%20Fl%C3%A1via%20Bastos%20Lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 03/08/2018

MARIGHELLA, Carlos *Ecletismo e Marxismo*

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/1967/mes/ecletismo.htm>

Acesso em 07/12/2018

MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>.

Acesso em: 03/08/2018

MARTINS, Carlos Estevam. *Manifesto CPC-UNE*. 1962. Disponível em: <brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/cpcune.doc>.

Acesso em: 04.12.2017.

MELO, Demian Bezerra, *Ditadura "civil-militar"?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*

disponível <http://www.redalyc.org/pdf/4459/445944369004.pdf>

acesso em 25/11/2018

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*

PAULA, Jéssica Reis. *Movimento Estudantil: sua história e suas perspectivas*. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/monografia/31.pdf>.

Acesso em: 03/08/2018

PEDROSO, Rodrigo Aparecido de Araújo, *A Guerra do Vietnã e suas representações nas histórias em quadrinhos do Capitão América (1965-1970)*. Disponível:

<http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/17%29%20Rodrigo%20Aparecido%20de%20Araujo%20Pedroso.pdf>.

Acesso em: 03/08/2018

PRESTES, Anita Leocadia. *70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL)*.

Disponível em http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4113/70-anos_alian%C3%A7a_prestes.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Acesso em: 03/08/2018

QUADRAT, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*

QUEIROZ, Leôncio. “Geração 1968 e a avalanche cultural”, in: FERRER, Eliete (org.). *68, a geração que queria mudar o mundo - Relatos*. Brasília: Ministério da Justiça: Comissão de Anistia, 2011. 69-73.

QUELER, Jefferson José. *Jânio Quadros, o pai dos pobres Tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960)*.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n84/07.pdf>.

Acesso em: 03/08/2018

SALES, Jean Rodrigues. *Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)*.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a17v26n2>.

Acesso em: 03/08/2018

SANFELICE, José Luís. *O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais*

Disponível em : <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/32434/1/S0101-32622008000300005.pdf>

Acesso em :03/08/2018

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento. *Disputas de Memórias: memória e identidade do MR8 (1975-1985)*.

Disponível:http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300898797_ARQUIVO_ANP_UH2011.pdf.

Acesso em: 03/08/2018

SANTOS, Jordana de Souza. *A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar*.

Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1224>.

Acesso em: 03/08/2018

Schwarcz, Lilia Moritz *Brasil : uma biografia*

Companhia das Letras, 2015.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: Motivações e imperativos para o golpe militar de 64*. Disponível em:

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13032008-134513/publico/DISSERTACAO_DHARANA_PEROLA_RICARDO_SESTINI.pdf.

Acesso em: 03/08/2018

SILVA, Wellington Sampaio da. *Memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia*

Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp066612.pdf>

Acesso em : 07/12/2018